

**ATA DO 88º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE CORREGEDORES GERAIS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL – ENCOGE**

Aos 8 (oito) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às 9 horas, por meio da plataforma GOOGLE MEET, deu-se início ao 88º (octogésimo oitavo) Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), com o tema “INOVAÇÃO E HUMANIZAÇÃO NA ATUAÇÃO DAS CORREGEDORIAS”. A mesa de abertura foi formada pelas seguintes autoridades: A Corregedora-Geral da Justiça do **Tocantins** e Presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe; Corregedor-Geral da Justiça do **Paraná**, Desembargador Luiz Cezar Nicolau; a Corregedora-Geral da Justiça de **Roraima**, Desembargadora Tânia Maria Brandão Vasconcelos; Corregedor-Geral da Justiça do Estado de **Mato Grosso do Sul**, Desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva; Corregedor-Geral da Justiça do Estado do **Ceará**, Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho; Corregedora-Geral da Justiça do Estado do **Pará**, Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha; Corregedor-Geral da Justiça do Estado do **Espírito Santo**, Carlos Simões Fonseca; Corregedor-Geral da Justiça da **Bahia**, Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano; Corregedor das Comarcas do **Interior da Bahia**, Desembargador Edmilson Jatahy Fonseca Júnior; Corregedor-Geral da Justiça do **Rio de Janeiro**, Ricardo Rodrigues Cardozo; Corregedor-Geral da Justiça do **Maranhão**, Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira; Corregedor-Geral da Justiça de **Pernambuco**, Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Bareto; Corregedor-Geral da Justiça de **São Paulo**, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, Corregedor-Geral da Justiça de **Minas Gerais**, Desembargador Agostinho Gomes de Azevedo; Corregedor-Geral da Justiça de **Goiás**, Desembargador Nicomedes Domingos Borges; Corregedor-Geral da Justiça do **Mato Grosso**, Desembargador José Zuquim Nogueira; Corregedor-Geral da Justiça do **Rio Grande do Sul**, Desembargador Giovanni Conti; Corregedor-Geral da Justiça da **Paraíba**, Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho; Corregedor-Geral da Justiça do **Piauí**, Desembargador Fernando Lopes e Silva Neto; Corregedor-Geral da Justiça do **Rio Grande do Norte**, Dilermando Mota; Corregedora-Geral da Justiça de **Santa Catarina**, Desembargadora Denise Volpato; Corregedor Geral do **Foro Extrajudicial de Santa Catarina**, Desembargador Rubens Schulz; Corregedor-Geral da Justiça de **Alagoas**, Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo; Corregedor-Geral da Justiça de **Sergipe**, Desembargador Diógenes Barreto; Corregedora-Geral da Justiça do **Amazonas**, Desembargadora Nélia Caminha Jorge; Corregedor do **Foro Extrajudicial do Paraná**, Desembargador Espedito Reis do Amaral; Corregedor-Geral da Justiça do **Acre**, Desembargador Elcio Sabo Mendes Junior; Corregedora-Geral da Justiça do **Distrito Federal e Territórios**, Desembargadora Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias; Corregedor-Geral da Justiça do **Amapá**, Desembargador Agostino Silvério Junior; Corregedor-Geral da Justiça de **Rondônia**, Desembargador José Antonio Robles. Na condução do cerimonial, a assessora de comunicação da CGJUS-TO, Kézia Reis, convidou a Presidente do Colégio, Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe para realizar a abertura oficial do 88º ENCOGE. **Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe:** Bom dia, meus caros colegas! É um prazer tê-los aqui, ainda que virtualmente. Declaro aberto o 88º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, nosso ENCOGE. Cumprimento meus colegas Corregedores, Corregedoras-Gerais da Justiça de todos os Tribunais do Brasil e digo: é uma alegria imensa reencontrá-los, ainda que nesta sala virtual. Logicamente que o ideal seria que estivéssemos todos reunidos de forma presencial, mas, infelizmente, ainda não foi desta vez. Cumprimento e também agradeço a presença da minha Vice-Corregedora Geral, Desembargadora Ângela Prudente; a meu caro colega, Desembargador Eurípedes Lamounier e à Dra. Odete Batista Dias Almeida, Presidente da Associação dos Magistrados Tocantinense – ASMETO, cujas presenças engrandecem este evento. Cumprimento também os Juizes e Juizas Auxiliares das Corregedorias, os quais nos dão o sustento em nossas ações, e o faço na pessoa dos Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça

do Estado do Tocantins, Dra. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi e o Dr. Roniclay Alves de Moraes. Deixo meus agradecimentos pelas ilustres presenças de todos aqueles que nos acompanham pelo canal do Youtube: obrigada pela preferência em participarem deste evento. Gostaria também de agradecer aos nobres Corregedores e Corregedoras-Gerais da Justiça que por ocasião do 87º ENCOGE, realizado em São Luís/MA, agraciaram-me com a honraria de presidir este colegiado. Registro, ainda, um agradecimento muito especial ao caro amigo, Desembargador Paulo Velten, que me incentivou e gentilmente transmitiu a segurança necessária para que eu aceitasse esse grande desafio. Desembargador, essa tarefa de sucedê-lo não é fácil, líder nato e sempre visionário, o Senhor atuou com brilhantismo, entusiasmo, alegria e comprometimento durante sua presidência neste colegiado. Sentiremos sua ausência, mas Deus o chamou para uma missão maior, a de dirigir o Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Agradeço, igualmente, a todos os membros da comissão executiva deste Colégio por aceitarem esse compromisso e serem um esteio ao longo dessa caminhada. Obrigada, Desembargador Luiz Nicolau, 1º Vice-Presidente, Desembargadora Tânia Maria Brandão Vasconcelos, 2ª Vice-Presidente, Desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, 1º Secretário, Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, 2ª Secretário, Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha 1ª Tesoureira e ao Desembargador Carlos Simões Fonseca, 2ª Tesoureiro. Muito bem. Desembargador Paulo Velten disse bem no início que gostaria que esse evento fosse presencialmente, mas o nosso evento hoje foi concebido ainda em fevereiro, quando ainda estava incerto o cenário pandêmico, daí porque ele é realizado de forma virtual, mas tratado como se estivéssemos no presencial. Certamente, na nossa próxima reunião, em 25 e 26 de agosto, nos encontraremos pessoalmente. O Colégio, desde a sua Fundação, há 28 anos, reúne-se com o escopo de cumprir a sua missão no aperfeiçoamento e melhoria dos serviços judiciais e extrajudiciais no âmbito da jurisdição Estadual. Dentre as finalidades, temos que incentivar o intercâmbio das boas práticas adotadas pelas Corregedorias de Justiça visando à celeridade processual, a fixação de diretrizes, a uniformização de métodos e critérios administrativos, assim como a defesa da autonomia administrativa e financeira das Corregedorias-Gerais de Justiça e a aproximação da Justiça com a sociedade, sem desvincular do desenvolvimento de ações inovadoras sensíveis e humanizadas. As soluções identificadas em cada ENCOGE são essenciais no fortalecimento deste Colégio, uma vez que refletem a integração das corregedorias que com suas diferentes realidades e experiências contribuem para o aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional e dos serviços extrajudiciais e como as boas práticas devem ser produzidas. A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, seguindo os passos desta integração, instituiu o Encontro de Corregedores Permanentes - ENCOPE. Vivemos tempos difíceis sim, a pandemia nos trouxe muita dor, mas nos obrigou à adaptação, acelerou mudanças na forma como vivemos e trabalhamos, marcaram-se tendências como o processo eletrônico, sistemas informatizados, inteligência artificial, videoconferência, capacitações em ambientes virtuais, atendimento virtual, dentre outras que impactaram e continuarão a impactar diretamente na atuação das Corregedorias. Neste contexto, o Conselho Nacional de Justiça, em 2021, publicou a Resolução n. 395, que instituiu a Política de Gestão da Inovação para aprimoramento das atividades dos órgãos Judiciários para difusão da modernização de métodos e técnicas de forma coletiva, com ênfase na proteção dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Cito aqui as palavras do eminente Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luiz Fux "O Poder Judiciário deve adotar um fluxo de inovação não somente tecnológico e digitalizado, mas também humanizado e preocupado com os valores éticos que decorrem das novas ferramentas da modernidade". Na ocasião, o Ministro acrescentou que o fluxo de inovação não é apenas baseado na tecnologia, devendo ser consideradas também quaisquer metodologias de exploração bem-sucedidas de novas ideias de aplicação de mudanças culturais e organizacionais ou de melhorias para manter na vanguarda do conhecimento humano. Essa temática foi debatida no 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocasião em que foram aprovadas as metas nacionais para 2022. Destaco a Meta 9 do CNJ, que é a de estimular a inovação no Poder Judiciário e objetiva a realização de ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas

diversas dimensões e nas suas interações, com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da ONU. Inclusive, essa proposição já era uma preocupação deste Colégio, como se vê do Enunciado Sétimo, da Carta de São Luís, durante o último ENCOGE. Assim, sob um viés mais humanizado e sustentável, escolhemos o tema Central deste ENCOGE: **INOVAÇÃO E HUMANIZAÇÃO NA ATUAÇÃO DAS CORREGEDORIAS GERAIS DA JUSTIÇA**. Faço referência às palavras da Ministra Cármen Lúcia ao encerrar o 62º ENCOGE no ano de 2013, “é a fome de humanidade que deve mover o magistrado na defesa dos jurisdicionados”. Assim, vivenciamos essa grande transformação tecnológica do Judiciário, mas não podemos perder a noção de que somos humanos e julgamos as pessoas humanas. A verdadeira ambição do Poder Judiciário não é só a aplicação da lei, mas, acima de tudo, é a de garantir a dignidade da pessoa humana, o resgate da cidadania, a promoção da paz social. O Judiciário não pode jamais perder a sensibilidade de lidar com os interesses humanos: vida, liberdade, família, patrimônio e para tanto não podemos esquecer, repito, trabalhamos para seres humanos, os nossos jurisdicionados. A Justiça precisa ser humanizada e acolhedora, tanto interna, quanto externamente, pois, o acesso à justiça é um direito fundamental para o *status* do direito humano. Convido a todas e todos a participarem deste evento com esta forma de humanidade, sabedoria e reflexão sobre os assuntos pautados na programação. Assim, durante o período da manhã, teremos a palestra: **ACELERANDO A INOVAÇÃO DO JUDICIÁRIO**, que será ministrada pelo Dr. Ademir Pícollo, idealizador CEO do Judiciário Exponencial. Parabéns, Dr. Ademir, pelo desafio de revolucionar a maneira como leva a inovação para os profissionais da Justiça nos mais distantes pontos do país e, através do fortalecimento do sistema educação e consultoria! Teremos, ainda pela manhã, a palestra **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DIGNIDADE HUMANA E APROXIMAÇÃO DA JUSTIÇA COM A SOCIEDADE**, que será proferida pela Presidente do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais, Dra. Ana Cristina de Souza Maia. Obrigada, Dra. Ana Cristina, por gentilmente aceitar o nosso convite. A regularização fundiária, hoje, é uma realidade essencial para a consolidação dos preceitos constitucionais, especialmente àqueles que visam uma sociedade livre, justa e solidária. A erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais e regionais, são fundamentos para o desenvolvimento da pessoa humana. No Tocantins, não posso deixar de fazer o registro da atuação do Núcleo de Prevenção a Regularização Fundiária - NUPREF, sob a coordenação do Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Océlio Nobre da Silva, órgão ligado a esta Corregedoria-Geral da Justiça e que tem como foco o cidadão e funciona como tutor dessa importante política pública. Esse trabalho, com certeza, repercute em benefícios para toda a sociedade, com inclusão social, educação, saneamento básico, geração de emprego e renda, assim como o desenvolvimento social, ambiental, cultural, dentre outros. Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, parabenizar o Desembargador Paulo Velten pelo seu brilhante trabalho no Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça na região do Matopiba – MG, fórum este que, no último ENCOGE, ganhou distinção nacional ao ser transformado com a aprovação unânime em Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias e os Tribunais de Justiça, cuja Presidência teremos a honra de escolher durante este encontro. No período da tarde, teremos painéis apresentados pelas corregedorias do Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Roraima e Maranhão, com os temas: **CARTÓRIOS DO FUTURO, LINGUAGEM SIMPLES, CORREIÇÃO HUMANIZADA, APRIMORAMENTO COM FOCO NO CIDADÃO e o PAPEL DAS CORREGEDORIAS NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS**. Nesse cenário, penso que as Corregedorias ganham especial relevância na orientação e modernização dos nossos Serviços Judiciais e Extrajudiciais. Finalizo minhas palavras, agradecendo ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Desembargador João Rigo Guimarães, ao Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Desembargador Marco Villas Boas, e suas respectivas equipes, que, desde o início da nossa gestão, têm colaborado para o desenvolvimento das nossas ações. Não posso deixar de agradecer a equipe da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins que tanto se dedicou para o sucesso deste nosso encontro, nas pessoas da Assessora de Comunicação, Kézia Reis, Assessora de Projetos, Ana Carina e da Chefe de Gabinete da Corregedoria, Jeane Justino Filho.

Desejo que Deus nos ilumine para que possamos chegar ao desenvolvimento institucional com as inovações que almejamos sem, entretanto, jamais perder a humanidade que nos aproxima, cada vez mais, do nosso cidadão. Obrigada, meus amigos! Na sequência, o cerimonial, procedeu à apresentação de vídeo institucional e passou a palavra ao Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Maranhão e Presidente do Fórum Fundiário de Corregedores do Matopiba, que passou a ser um Fórum Nacional envolvendo todas as Corregedorias Gerais. **Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira:** Olá! Bom dia a todas e todos! É uma alegria estar aqui com vocês. Obrigado, nossa Desembargadora Etelvina, Presidente do nosso Colégio de Corregedores. Também cumprimento os colegas da Diretoria, todos os membros desse Colégio, àqueles que já conhecemos e vimos aqui e tivemos a alegria de reencontrar no nosso 87º Fórum, em São Luís, e que agora, também, estou revendo. E aos novos colegas que estão, agora, também integrando o Colégio. É sempre uma alegria a oportunidade de revê-los aqui com saúde, com boa disposição, tocando esse trabalho como já destacado pela nossa Presidente, tão fundamental para o Poder Judiciário Brasileiro. Cabe aqui neste momento de minha fala ratificar o que foi decidido no nosso último encontro em São Luís, pois o Colégio deliberou, à unanimidade de votos, pela realização do Fórum Matopiba – MG, que é um Fórum Regional. Vamos lembrar que o Fórum decorreu da criação de um esforço dos colegas da região do Matopiba, iniciativa do Desembargador Ricardo Gentil, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Fernando sabe bem disso. Fernando Lopes, que é o atual Corregedor no Tribunal do Piauí e que veio na esteira do Decreto Presidencial n. 8.447, de 2015, e delimitou a área sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuária da região do Matopiba. Essa área envolve uma microrregião considerável de 31 microrregiões geográficas, englobando 337 municípios. Seria uma espécie de Novo Eldorado e que o Fórum Matopiba trouxe para essa região exatamente os ideais de Justiça, e não poderíamos ter apenas uma região de exploração econômica agrícola intensa e forte, sem ter a presença do Poder Judiciário. Essa, portanto, foi à ideia da criação desse Fórum. E o que, todavia, vivenciamos, na prática, é que o problema da regularização fundiária é um problema que está presente no país inteiro. Recordo muito bem que, em um dos nossos encontros regionais, o nosso ex-presidente e dileto amigo Fernando me chamou atenção para esse fato da ausência de regularização fundiária que afeta o país como um todo e foi colocada ali uma semente de preocupação acerca da necessidade de expandirmos o trabalho desse Fórum. O que eu quero dizer para os colegas dos outros Estados da região do Fórum, é que agora contamos com a presença de Minas Gerais. Com isso, conseguimos despertar o interesse de todos os Prefeitos, Governadores e outros gestores públicos para a necessidade de uma preocupação intensa com a expansão da regularização fundiária, não só regularização fundiária rural, que é, sobretudo, imprescindível para se disseminar a paz social no campo, permitindo que aqueles que trabalham com agricultura familiar tenham acesso à Justiça, tenham assegurados os seus direitos e possam produzir com segurança, mas também para assegurar a paz e a estabilidade necessárias para as chamadas comunidades tradicionais que estão inseridas nessa área. Intensificamos, sobretudo, a Regularização Fundiária Urbana - REURB SOCIAL - porque identificamos muito rapidamente, nos encontros e nos debates, que o problema do campo foi transferido para as cidades. Vivemos maciçamente nas cidades e as nossas cidades precisam cumprir a sua função social, como exige a Constituição Federal e, para que isso seja possível, precisamos trabalhar intensamente assegurando moradia digna a essas pessoas. É necessário lembrar que o Poder Judiciário incorporou nas suas metas nacionais os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU e, entre esses objetivos, há o de número 11, que nos impõe o dever de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis e, muito recentemente, estamos vivendo um problema terrível que assola o país inteiro e, de forma mais específica, no Estado do Rio de Janeiro, como essa tragédia que atingiu Petrópolis e continua atingindo outras cidades da região serrana, é o que acontece no Brasil inteiro. Esse problema, muito longe do que parece, tem relação com a regularização fundiária, pois, se assegurarmos a moradia digna a essas pessoas, elas não vão procurar moradia em regiões de risco de desabamento e de toda sorte de problemas, então esse é

um problema do nosso tempo, é um problema da nossa realidade, e o Poder Judiciário, que vem assumindo um papel de protagonismo no país, não pode ficar insensível a isso. E por que o esforço das Corregedorias com a regularização fundiária? A regularização fundiária, sabemos que começa com o administrador público do Executivo Estadual e Municipal, e ela se desenvolve em um processo complexo e vai terminar nos cartórios. Os Cartórios de Registro de Imóveis constituem delegações de todo o Poder Judiciário e cabe às Corregedorias o papel de fiscalizar esse serviço, cuidar do seu bom funcionamento e também sua disciplina. Destaco dois Estados que têm uma configuração muito especial, e que podem contribuir muito, inclusive com esse Fórum, que são os Estados do Paraná e de Santa Catarina, de forma específica na área do extrajudicial, que estão fazendo muito para aprimorar o extrajudicial e podem contribuir e muito com a expansão desse modelo. Foi o que deliberamos no nosso último ENCOGE, em São Luís, e, na oportunidade deste ENCOGE, vamos afirmar aquilo que já havíamos decidido antes, pois, foi elaborada uma minuta do estatuto e ela vai ser disponibilizada para todos os colegas examinarem durante este ENCOGE. Na oportunidade, quero apresentar um colega para me suceder e digo isso, com muito sentimento, com muita emoção, o que já foi dito pela Desembargadora Etelvina, nossa Presidente, pois, estou me despedindo aqui deste Colégio com muita saudade, agradecendo a todos pelo aprendizado e pela boa convivência. Foi realmente uma experiência ímpar, que vou carregar não só na minha vida pessoal, mas também na minha vida profissional. Aqui, tive a oportunidade de viver e de conviver com os melhores Magistrados que já tive oportunidade de conhecer, ainda que boa parte virtualmente, mas já conheço a grande maioria. Tenho certeza absoluta de que estamos na presença de pessoas vocacionadas e comprometidas com aprimoramento das instituições da República. Eu me despeço, saio da Corregedoria no próximo dia 29 de abril deste mês, ocasião em que assumo, pela honra dos meus pares, a Presidência do meu Tribunal e, portanto, nós temos que ter alguém que possa me suceder na Presidência do Fórum Fundiário, que agora não é mais um Fórum do Matopiba - MG, mas um Fórum Nacional, e pelo mandato tampão que o colega cumprirá até o final do ano. E, a partir de dezembro, na última reunião que nós faremos no nosso ENCOGE, já aproveitamos também para fazer a eleição do Presidente do Fórum do Matopiba. A ideia é que ele passe a funcionar paralelamente aos nossos encontros nacionais para não precisar fazer reuniões do ENCOGE e reuniões do Encontro de Regularização Fundiária. Uma coisa que vamos fazer nos Encontros Nacionais, assim pelo menos a coisa foi concebida, mas os colegas são absolutamente soberanos para se entender diferente, e as reuniões do Fórum de Regularização Fundiária no mesmo momento das reuniões do ENCOGE, ou seja, faz o ENCOGE e coloca pelo menos um tema tratando de regularização fundiária, abrindo o espaço necessário para debate do tema. Essas são as minhas observações que me cabiam fazer. Etelvina, agradeço a oportunidade da palavra e quero dizer que tem um colega, nosso Corregedor da Bahia, querido amigo, José Edivaldo Rocha Rotondano, que revelou o interesse em me suceder; caso, até o final do encontro, dessa pauta da eleição para o final, qualquer outro colega, de qualquer outro Estado, que tenha interesse também, há como discutir de forma harmoniosa, como de costume, e chegar a bom termo. O Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano participou do último encontro que aconteceu em Belo Horizonte, é um magistrado muito experiente, conhece o problema da regularização fundiária, enfrentou e continua enfrentando essa questão na Bahia. Gostaria de colocar para os colegas que a Bahia não teve a oportunidade de presidir o Fórum do Matopiba. Quando foi presidido, salvo engano, pelo Piauí, não me recordo, então, seria uma oportunidade para o Estado da Bahia concluir o mandato tampão. Essas as observações que eu queria fazer, estou muito alegre por estar aqui com vocês todos e vou ficar aqui até o final, acompanhando a pauta desse encontro, que está muito boa. Parabéns, Etelvina! Percebemos que estamos trabalhando com temas importantíssimos de Inovação, algo que chega com muita força. No Poder Judiciário, ainda estamos enfrentando o problema do retorno presencial, aquilo que está presente em todas as Corregedorias. É necessário que o juiz brasileiro tenha consciência do seu papel e do seu dever. Sabemos que os Estados não se atentaram para a necessidade da presença do Estado/Juiz no território. O México, em determinadas regiões, onde o



Estado se ausentou, o crime organizado tomou lugar, pois, tem alguém arbitrando a solução para os conflitos de interesses e não se pode permitir que isso. E uma das formas que temos de evitar isso é assegurar a presença do Juiz na Comarca. Alexis Tocqueville, na sua obra, "Democracia na América", quando foi estudar o papel do Poder Judiciário, e de modo muito particular, dos Tribunais nos Estados Unidos, o que mais lhe impressionou foi exatamente a capacidade do Poder Judiciário substituir a violência por uma solução justa, obtida através do devido processo legal, numa instrução com a participação das partes e com a presença do Estado Juiz. Então, não podemos abrir mão disso. A tecnologia tem que ser aliada do Poder Judiciário, aliada dos nossos juízes, não pode ser a nossa adversária, não pode ser a nossa inimiga. Não podemos abrir mão da presença do nosso Juiz, pois esse é um referencial importante para a concretização dos ideais sociais. Quando se fala, voltando para o tema da Carta das Nações, que esse esforço depende desse trabalho duro da presença permanente, não podemos esquecer jamais que esses ODS's dessa tão importante carta hoje tem esse papel integral, chamado bloco de constitucionalidade, que devemos levar em consideração. E eu vejo que a programação do ENCOGE está toda voltada para isso, uma justiça mais humana, uma justiça que trabalha com a tecnologia e tem a atenção com os problemas sociais, dentre eles, o problema da regularização fundiária. Tudo isso, todo esse ideal somente pode ser concretizado de verdade com a presença do juiz, e disso não podemos abrir mão. Quero aqui, mais uma vez, agradecer a oportunidade de falar e, dizer que é uma alegria imensa, renovada, rever todos os colegas. **Cerimonial:** Passo agora a palavra ao Desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, coordenador de mesa, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul e Primeiro Secretário da Comissão Executiva do CCOGE, já que passaremos à primeira palestra da manhã, com o tema **ACELERANDO A INOVAÇÃO NO JUDICIÁRIO**, com Ademir Piccoli, CEO do Judiciário Exponencial, idealizador do Judiciário exponencial, movimento de inovação que tem como objetivo ajudar a preparar as inscrições e as pessoas para a Justiça do Futuro. **Desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva, após as saudações de praxe:** Herdamos das gestões passadas, principalmente do Desembargador Paulo Velten, uma administração altamente organizada com um passado histórico do nosso ENCOGE, isso temos que enaltecer e divulgar. Como estamos entrando na era da inteligência artificial, nossos técnicos, principalmente os habilidosos técnicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, nos orientaram a fazer algumas reformas para melhorar tecnologicamente o visual do nosso site, também estamos organizando e atualizando o CNPJ, com o registro das atas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília. Estamos trazendo a era digital para o nosso ENCOGE, mas graças a esse acervo maravilhoso tem sido muito fácil. Conhecemos o trabalho do Dr. Ademir Piccoli, é um trabalho já projetado para todo o Brasil e creio que para boa parte do exterior, porque trabalha justamente com este mecanismo da inovação do Poder Judiciário, então, com um prazer enorme, convido Dr. Ademir Piccoli para a sua palestra. O **Dr. Ademir Piccoli** ministrou a palestra cujo tema foi "**ACELERANDO A INOVAÇÃO NO JUDICIÁRIO**", sendo que a íntegra pode ser da palestra e as discussões dela decorrentes podem ser conferidas por meio do acesso ao canal da ESMAT no YouTube. **Cerimonial:** Passaremos, então, para segunda palestra desta manhã sobre o tema: **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DIGNIDADE HUMANA E A APROXIMAÇÃO DA JUSTIÇA E SOCIEDADE**. A palestra retromencionada foi ministrada pela Dra. Ana Cristina de Souza Maia, presidente do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais, sendo que a íntegra da palestra e as discussões dela decorrentes podem ser conferidas por meio do acesso ao canal da ESMAT no YouTube. **[INTERVALO] Cerimonial:** Senhoras e senhores, Magistrados e Magistradas, servidores e servidoras e, também a todos vocês que nos acompanham pelo canal do YouTube uma boa tarde. A nossa programação da tarde nesse 88º ENCOGE, começaremos com a palestra do **Desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva**, com o tema **CARTÓRIOS DO FUTURO** [leitura do currículo]. Para iniciarmos e convidar o Desembargador, eu passo a palavra para a **Desembargadora Tânia Maria Brandão Vasconcelos**, Coordenadora da Mesa deste primeiro painel da tarde. A Desembargadora é Corregedora-Geral da Justiça de Roraima e Segunda Vice-Presidente da Comissão Executiva do CCOGE, e fará a introdução para este primeiro painel. **Desembargadora Tânia Maria Brandão**

**Vasconcelos:** Após os cumprimentos de praxe. Então sem maiores delongas, passou a palavra ao Desembargador Luiz Tadeu para a sua palestra. O **Desembargador Luiz Tadeu Barbosa Silva** iniciou sua palestra, com o tema **“CARTÓRIOS DO FUTURO”**, sendo que a íntegra da palestra e as discussões dela decorrentes podem ser conferidas por meio do acesso ao canal da ESMAT no YouTube.

**Cerimonial:** Passaremos para o segundo painel desta tarde, sob a coordenação do Desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, que é Corregedor-Geral da Justiça do Ceará e Segundo Secretário da Comissão Executiva do CCOGE, em que vamos falar sobre **“Linguagem Simples”**, que será tratado conjuntamente com a Desembargadora do Distrito Federal, Carmelita Indiano, e também pelo **Dr. Jayder Ramos de Araújo**, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Juiz de Direito do TJDF e especialista em Direito do Processo Civil em Tutela Executiva e Técnica de Sentença Cível. A íntegra da exposição do painel retromencionado, bem como os debates que se lhe sucederam, podem ser conferidos por meio do acesso ao canal da ESMAT no YouTube.

**Cerimonial:** Passaremos ao nosso terceiro painel da tarde: **“CORREIÇÃO HUMANIZADA, APRIMORAMENTO COM FOCO NO CIDADÃO”**, que será apresentado pela **Desembargadora Tânia Maria Brandão Vasconcelos**, Corregedora-Geral da Justiça do Estado de Roraima. [leitura do currículo]. Para acompanhar esta palestra e coordenar este painel convidamos a **Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha**, Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Pará e 1ª tesoureira da Comissão Executiva do CCOGE, para fazer as suas considerações iniciais. Na sequência, foi dado início ao terceiro painel, sendo que a íntegra da exposição da painelista e os debates que se lhe sucederam podem ser conferidos por meio do acesso ao canal da ESMAT no YouTube. Na sequência, o Desembargador Paulo **Sérgio Velten Pereira (Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Maranhão)** sugeriu a eleição do Desembargador José Edivaldo Rocha Rontondano (Corregedor-Geral de Justiça do Estado da Bahia) para a Presidência do Fórum Nacional de Regularização Fundiária das Corregedorias-Gerais do Brasil, o qual foi eleito por aclamação de seus pares. Ato contínuo, o **Desembargador José Antonio Robles (Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Rondônia)** sugeriu que fosse colocada em mesa para votação a proposta de encaminhamento de ofício à família do constitucionalista Dalmo de Abreu Dallari, falecido nesta data, o que foi acolhido por todos os pares.

**Cerimonial:** Faremos agora as discussões internas, na formulação da Carta de Palmas. [Em seguida, foram iniciadas as discussões e votação das proposições apresentadas pelos Desembargadores para a elaboração da **Carta de Palmas**, que ficou estabelecida da seguinte maneira: **1.** Desenvolver ações para tornar realidade o uso da linguagem simples, objetivando ampliar o acesso da sociedade à Justiça por meio de comunicações mais claras, acessíveis e inclusivas; **2.** Fomentar metodologia de trabalhos correccionais humanizados, de gestão e de planejamento, voltados à efetividade da prestação jurisdicional; **3.** Conferir ampla publicidade aos termos da Carta de Belo Horizonte, aprovada na 8ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do MATOPIBA-MG; **4.** Incentivar, na forma do art. 73 da Lei Federal n. 13.465/2017, a criação de Fundo Especial de Auxílio à Regularização Fundiária; **5.** Estimular as políticas públicas voltadas às temáticas de aprimoramento, transformação digital e modernização, das atividades extrajudiciais, em quatro eixos: governança, resolutividade, integridade e transparência; **6.** Incentivar a realização de cursos de capacitação, mediação e conciliação, a delegatários de serviços extrajudiciais; **7.** Estimular a criação, pelos Tribunais de Justiça, de Centrais de Processamento Eletrônico (CPE), destinadas à padronização e otimização dos serviços judiciais].

**Cerimonial:** Nesse 88º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais da Justiça do Brasil, após discussões e deliberações a respeito das temáticas debatidas durante toda esta sexta-feira, ficou definida a **Carta de Palmas**. Em seguida, foram oportunizadas à Presidente, Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, e aos demais Corregedores, suas considerações finais no evento. **Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe:** Eu quero agradecer a presença de cada um de vocês, quero dizer que, sem vocês, o nosso trabalho não teria como ser realizado. Precisamos dos nossos cidadãos, nossa gente precisa realmente do nosso trabalho. Vou agora cumprir a difícil tarefa de ter que me despedir de três grandes colegas Corregedores, que são espelhos para nós, principalmente para mim. São colegas excelentes e



competentes, que cumpriram a sua missão à frente de suas Corregedorias, combateram o bom combate e deixaram seus nomes escritos nas memórias de suas respectivas Corregedorias e, para isso, eu vou pedir licença e citar aqui o rei Roberto Carlos, a música “Despedida”, que ele compôs junto com amigo Erasmo Carlos. Esta despedida é para Carmelita, Agostinho e Paulo Velten. Na verdade, não diria um adeus, mas diria um “até logo, até breve!” Foi um imenso prazer, um aprendizado muito grande conviver com vocês três, grandes Corregedores, Carmelita, Agostinho e Paulo Velten. Deixo aqui o meu imenso abraço, a minha satisfação de ter convivido e estado com vocês pessoalmente, Agostinho, Paulo Velten, e Carmelita, infelizmente, não tivemos essa oportunidade, mas tenho certeza de que não faltará. Desejo que Deus os abençoe imensamente, e as novas missões e Ele, com certeza, colocou nos ombros de cada um desses incansáveis Corregedores, para fazer o bem comum, em prol de nossa gente. Grande abraço a todos vocês e também estendo meu abraço a todos os Corregedores-Gerais da Justiça do nosso Brasil. Queria agradecer à equipe que trabalhou incansavelmente para a realização desse encontro, ainda que virtual, a equipe da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Tocantins, na pessoa da Chefe de Gabinete da CGJUS/TO, Dra. Jeane Justino, da Assessora de Comunicação que nos acompanhou nesta tarde, Kézia Reis, e a Assessora de Planejamento Ana Karina, e não poderia também deixar de falar do Assessor de Tecnologia Afrânio Villar, e dos Assessores Jurídicos Alexs Gonçalves e Afonso Alves. Antes de encerrar, passo a palavra à Desembargadora Carmelita. **Desembargadora Carmelita:** Presidente Etelvina, caríssimos colegas, Juízes que nos acompanham nessa jornada na Corregedoria, senhores servidores, o nosso abraço. Como já explicitou a nossa Presidente, esse é o último encontro que participo como Corregedora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. A experiência, na Corregedoria e a convivência com todos os colegas, foi extremamente gratificante para o nosso crescimento profissional e pessoal. Encontramos aqui pessoas queridas que conhecemos muito e, aprofundamos esse relacionamento, conhecemos e nos encontramos pela primeira vez com outros tantos, que também marcaram a nossa vida, pelo sentimento, pela cooperação e pela capacidade de criar sempre um ambiente extremamente fraterno e democrático nas nossas reuniões. Eu cumprimento a todos, coloco-me à inteira disposição, no Distrito Federal, para continuarmos servindo à justiça e ao cidadão brasileiro. E quem vai me substituir, gostaria de apresentá-lo... Ele participou de tempo significativo da nossa reunião, mas já não está mais aqui, o Desembargador J.J. Costa Carvalho, que é um Juiz exponencial do nosso Tribunal, uma pessoa muito querida, do meu coração, de fácil convivência, extremamente conhecedor das leis humanas e das leis divinas e sei que representará o Distrito Federal de maneira a não deixar nenhuma dúvida quanto à grandeza do nosso Tribunal. Um abraço fraterno a todos vocês, e até a próxima vista! Muito obrigada por tudo. **Desembargador Agostinho Gomes de Azevedo:** Eu gostaria, senhora Presidente, caros colegas, Juízes Auxiliares e servidores, gostaria de deixar registrados os meus agradecimentos a cada um e a cada uma por esse convívio maravilhoso durante esse período de dois anos. Encerro o meu mandato aqui na Corregedoria de Minas Gerais, no dia 30 de Junho, então, quero dizer do prazer e da alegria de conhecê-los; alguns do Matopiba-MG estiveram aqui, tive a oportunidade de confraternizar pessoalmente, outros tivemos também essa oportunidade em Palmas, no encontro presencial. Então, foi muito bom, foi um aprendizado muito grande, e eu quero dizer da alegria de ter grandes líderes como Paulo Velten, e agora, nossa querida Etelvina, na condução dos trabalhos, condução das Diretorias Executivas e dizer da alegria de ter também contribuído, de certa, forma com todos. Coloco-me à disposição, aqui em Minas Gerais sempre, para troca de ideias, de experiências. Quero finalmente parabenizar a Etelvina, pela brilhante condução do nosso ENCOGE e dizer que você vem dando sequência ao trabalho maravilhoso do Paulo Velten, de uma gestão democrática e participativa, com competências sem igual. Então, parabéns, sejam muito felizes, parabéns também os Corregedores que estão entrando agora, a exemplo Fernando Torres e de tantos outros magistrados, desejo plena felicidade na gestão de cada um e que Deus ilumine a todos nós para que continuemos sempre esse trabalho maravilhoso em prol dos nossos jurisdicionados. Muito Obrigado. **Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe:** Obrigada, Desembargador



Agostinho. Gostaria de agradecer à Comissão Executiva, àqueles que me acompanham, por mais assiduidade, já tivemos duas reuniões da Comissão Executiva, mas, depois, vamos trazer essas duas funções da comissão executiva também para a Assembleia Geral. Quero agradecer a cada um de vocês que estiveram aqui conosco, cada um dos colegas Corregedores e, dizer que é um momento de grande enriquecimento e de conhecimento, que temos que trabalhar juntos para esse aprimoramento e melhoria dos serviços judiciais e extrajudiciais. Tenho que agradecer a todos os Juízes Auxiliares que estiveram conosco nesse dia - Dr. Roniclay, Juiz Auxiliar da Corregedoria do Tocantins, que cuida somente do serviço extrajudicial, e Dra. Rosa Gazire, que trabalha com o serviço judicial - e desejar a todos um feliz fim de semana. Fiquei imensamente feliz em revê-los, ainda que virtualmente, mas, com certeza, em agosto, estaremos todos juntos para podermos nos conhecer melhor e ter aquele calor humano de que tanto sentimos falta. Um grande abraço meus amigos, e fiquem com Deus, e obrigada, mais uma vez, pela confiança. **Cerimonial:** Após os agradecimentos de mister, por fim, foi declarado encerrado o 88º Encontro dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil — ENCOGE, e, nada mais havendo, foi lavrada a presente Ata, por

---



Desembargadora **ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE**

Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Tocantins

Presidente do CCOGE.

Desembargador **LUIZ CEZAR NICOLAU**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Paraná

1º Vice-Presidente do CCOGE.

Desembargadora **TÂNIA MARIA BRANDÃO VASCONCELOS**

Corregedora-Geral de Justiça do Estado de Roraima

2º Vice-Presidente do CCOGE.

Desembargador **LUIZ TADEU BARBOSA SILVA**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

1º Secretário do CCOGE.

Desembargador **PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Ceará

2º Secretário do CCOGE.

Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora-Geral de Justiça do Estado do Pará

1ª Tesoureira do CCOGE.



Desembargador **CARLOS SIMÕES FONSECA**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo

2º Tesoureiro do CCOGE.

Desembargador **PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Desembargador **JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado da Bahia

Presidente Eleito do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça.

Desembargador **ELCIO SABO MENDES JUNIOR**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Acre.

Desembargador **FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Alagoas.

Desembargador **AGOSTINO SILVÉRIO JUNIOR**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amapá.

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**

Corregedora-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Desembargador **EDMILSON JATAHY FONSECA JÚNIOR**

Corregedor das Comarcas do Interior do Estado da Bahia.

Desembargadora **CARMELITA INDIANO**

Corregedora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Desembargador **NICOMEDES DOMINGOS BORGES**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Goiás.



Desembargador **AGOSTINHO GOMES DE AZEVEDO**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Desembargador **FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado da Paraíba.

Desembargador **ESPEDITO REIS DO AMARAL**  
Corregedor do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

Desembargador **RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARETO**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco.

Desembargador **FERNANDO LOPES E SILVA NETO**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

Desembargador **RICARDO RODRIGUES CARDOZO**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Desembargador **DILERMANDO MOTA**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Desembargador **GIOVANNI CONTI**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Desembargador **JOSÉ ANTONIO ROBLES**  
Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Rondônia.

Desembargadora **DENISE VOLPATO**  
Corregedora-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Desembargador **RUBENS SCHULZ**  
Corregedor do Foro Extrajudicial do Estado de Santa Catarina.



Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

Desembargador **DIÓGENES BARRETO**

Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Sergipe.

Desembargador **JONES FIGUEIREDO ALVES**

Decano do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco